

O CONTEXTO ESCOLAR COMO REFORÇADOR DE PRÁTICAS EXCLUDENTES

Júlya Gomes Moreira Rodrigues

Quando se pensa no contexto educacional, estamos pensando em um local de aprendizado e socialização para as crianças. O ambiente escolar é um lugar de extrema importância, pois é o primeiro ambiente de socialização para as crianças, porém se tornou também um local de exclusão devido a diferenças individuais. O processo de exclusão que afeta a criança assim tão cedo, pode se refletir em outros âmbitos da vida de forma negativa.

Crianças que apresentam comportamentos agitados atípicos, mas que não chegam a ponto de ser uma patologia, seguem a ser encaminhados pela escola para avaliação em busca de um diagnóstico e uma resposta rápida ao comportamento. Dessa forma, a escola se isenta de qualquer tipo de responsabilidade quanto à aprendizagem, e a culpa recai sobre a criança e a família. Na mesma lógica desse pensamento, pode-se citar as crianças que possuem alguma deficiência. Dentro do ambiente escolar são julgadas como inaptas para aprender de acordo com o ensino regular que os outros alunos têm e, assim, necessitam de salas especiais de aprendizagem.

É possível perceber que o ambiente educacional compactua com o discurso de um sujeito padronizado, e este deve agir e se comportar como o esperado, buscando assim excluir os comportamentos que não são aceitos socialmente. A escola por meio do discurso de inclusão, segue movimentando mecanismos de exclusão que são historicamente perpetuados e aceitos. Seguindo esta linha de raciocínio surge a seguinte pergunta, como a escola, em contexto de socialização e inclusão, reforça práticas excludentes?

Abrindo o debate sobre a exclusão do contexto educacional no Brasil, é possível trazer aspectos da história que evidenciam a escola como um ambiente que propicia a exclusão de seus alunos. Podendo ser destacado o período do Brasil Imperial, em que as famílias que possuíam dinheiro conseguiam pagar pelo ensino para seus filhos. As regiões mais ricas conseguiam organizar um sistema com mais escolas, enquanto os mais pobres, não conseguiam organizar o sistema (SOUZA, 2017).

Antes mesmo da exclusão chegar no meio acadêmico, ela existe e é perpetuada na sociedade através de padrões que devem ser cumpridos, como os de beleza e de comportamento. Não sendo possível dissociar os dois contextos (escola e sociedade), o padrão de sujeito que deve ser seguido perpassa pela sociedade e é assim levado para a escola. Esse padrão se refere ao sujeito que é referencial daquilo que deve ser conquistado e atingido. Aqueles que não

seguem esse referencial ou que, de alguma forma não conseguem atingir esse objetivo, são enxergados como fracassados e, dessa forma, excluídos (TUNES, 2011).

Nesse sentido, ainda hoje é possível perceber a exclusão dentro do ambiente educacional, mas agora não só por parte do corpo docente, mas também dos próprios alunos entre eles. O diferente, seja ele na forma física ou mental, não é socialmente aceito. A sociedade impõe o padrão/estereótipo de como as pessoas devem agir ou se comportar em cada situação. Para corroborar com esse argumento, é possível citar Mundim Neto (2017), a autora explicita que a sociedade está sempre visando controlar os comportamentos, isso se dá pela imposição da ideia de existir um sujeito padrão e passível de explicação.

Na escola não é diferente, buscando salientar os mecanismos excludentes que ocorrem ali, é possível perceber que os professores não estão sabendo manejar as diferenças individuais e as agitações atípicas que as crianças carregam. Tais comportamentos não podem ser enquadrados no âmbito da patologia. Porém, houve um aumento na demanda de crianças encaminhadas para a avaliação psicológica e, desde cedo, essas crianças já carregam o fardo do estereótipo do diagnóstico. Tal fato permite que este, o diagnóstico, tome controle de sua vida, assim como permite que qualquer dificuldade seja justificada pela existência de um diagnóstico.

Outro mecanismo excludente, pode ser percebido em escolas que adotam “salas especiais” para alunos que não conseguem acompanhar o ensino regular das aulas, junto com o resto da turma (KELLY, 2013). Fica evidenciado que mesmo no ato de tentar incluir os alunos que possuem alguma limitação/dificuldade, a escola, de forma discreta, não abarca o diferente no convívio cotidiano do resto da turma, pois a sociedade ainda não consegue conviver com aqueles que são estigmatizados.

Como Kelly (2013) salienta, o número de matrículas de crianças com deficiência está aumentando cada vez mais, em salas de ensino regular. Entretanto, a escola não enxerga que é necessária uma reforma na estrutura deste ensino e acolhimento dessas crianças. Pois, não são elas que precisam de se adaptar a esse sistema de ensino, mas sim o contrário e, nesse sentido, abarcar as diversidades que cada aluno apresenta.

Torna-se necessário evidenciar que cada pessoa é singular, construirmos quem somos através de nossas experiências e da troca com o outro. Essa singularidade não deve ser excluída ou desvalorizada. Levando em conta o âmbito da educação, cada aluno possui um ritmo para o desenvolvimento e aprendizagem dos conteúdos ensinados. Isso quer dizer que não existe uma sala de aula em que todos os alunos irão aprender da mesma forma e ao mesmo tempo, não há uma sala homogênea, pois cada um carrega histórias e vivências diferentes (CAVALCANTE, 2004).

Vale aqui ressaltar que a escola e, mais especificamente, o professor têm o papel de facilitar o ambiente de aprendizado dessas crianças, ou seja, a coordenação juntamente com o corpo docente precisa mapear as necessidades de cada turma e, assim, procurar métodos de ensino que melhor se adapte à realidade dos alunos daquela sala de aula. É preciso analisar o desenvolvimento de projetos que busquem manter a atenção, a criatividade dessas crianças trabalhando, sem esquecer de se adaptarem à diversidade de cada aluno a fim de ajudar no desenvolvimento. Dessa forma, as crianças se tornarão mais interessadas na realização de suas tarefas e, por meio do desenvolvimento desses projetos, permite-se a interação e a inclusão de todos os alunos. É importante que cada um tenha seus limites respeitados.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, A. V.. **O preconceito da deficiência no processo de inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- KELLY, B. O.. **A Mágica da Exclusão: Sujeitos invisíveis em salas especiais**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MUNDIM NETO, J.F.. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?** Tese(Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017.
- SOUZA, J.M. E.. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. Tese(Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017.
- TUNES, E; PEDROSA, L.P. O silêncio ou a profanação do outro. Em: TUNES, E. (Org.) **Sem escola, sem documento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.